

“MAL-ESTAR” COMO HERANÇA MODERNA NA BRASILIDADE CONTEMPORÂNEA:

Uma discussão do “desamparo” como forma de subjetivação

Guilherme Fantoni Borges (IC) e Alex Moreira Carvalho (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Este trabalho pretendeu expor de maneira cronológica o caminho do conceito de “desamparo” segundo a definição freudiana, contextualizando-o desde o início da modernidade até finalmente chegar no Brasil, passando pela Revolução Francesa, pela consolidação do capitalismo, pelo período de crise da modernidade no século XX e pela criação e implementação do neoliberalismo. Dentre os autores que compõem a referência deste trabalho bibliográfico se encontram: Eric Hobsbawm, que garantirá a coerência da cronologia da modernidade e de suas revoluções, Christian Laval, que ajudará na definição e historicidade do neoliberalismo e Chico de Oliveira, que aterrissará a discussão no Brasil, entre outros. A tônica deste texto se apresenta pela amplitude histórica que tentou resgatar, para com isso justificar a presença de um mal-estar na brasilidade contemporânea, que será evidenciado pelo crescimento exponencial da violência e da insensibilização quanto a mesma.

Palavras-chave: Mal-estar; Modernidade; Brasilidade.

ABSTRACT

This work intended to expose in a chronological way the path of the concept of "helplessness" according to the Freudian definition, contextualizing it from the beginning of modernity until finally arriving in Brazil, through the French Revolution, through the consolidation of capitalism, through the period of crisis of modernity in the 20th century and by the creation and implementation of neoliberalism. Among the authors that make up the reference of this bibliographical work are: Eric Hobsbawm, who will guarantee the coherence of the chronology of modernity and its revolutions, Christian Laval, who will help in the definition and historicity of neoliberalism, and Chico de Oliveira, who will land the discussion in Brazil, among others. The tone of this text is presented by the historical amplitude that it tried to rescue, in order to justify the presence of the discontents in contemporary Brazilianness, which will be evidenced by the exponential growth of violence and insensitivity to it.

Keywords: Discontents; Modernity; Brazilianness.

1. INTRODUÇÃO

Para discutir o “mal-estar” na sociedade brasileira e o “desamparo” como forma de subjetivação, deve-se localizar sob quais condições sociais, econômicas e políticas se encontra o Brasil na contemporaneidade, para relacionar um cenário coletivo disforme com uma subjetividade que o tornou possível. Para tanto, ressalta-se a importância de voltar alguns passos na história da Europa para resgatar tanto a contextualização do conceito, como as origens do subdesenvolvimento da periferia do mundo, a saber, da América Latina, representada neste trabalho pelo Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

O retorno histórico que será apresentado se justifica por entender que o processo de subjetivação pelo qual passou o homem durante o período da modernidade possui forte influência sobre a constituição atual de seu funcionamento e de seu encaixe na sociedade contemporânea, visto que, o “desamparo”, ainda é uma peça fundamental no entendimento da relação entre o sujeito e a sociedade e de suas formas de manifestação nas estruturas das instituições e do cotidiano. No sentido de especificar as relações que permitiram a formação de um “homem moderno” (FIGUEIREDO, 2018) é que se propõe anunciar eventos históricos que se constituem pela emergência de uma nova filosofia (Iluminismo) e de uma nova ciência, que serão responsáveis por conduzir a Europa ocidental e depois o mundo todo em uma nova geopolítica desenhada pela socioeconomia do capitalismo e desenvolver os aspectos problemáticos quanto ao encaixe deste indivíduo nesta sociedade. O ponto de partida deste trabalho data do século XVI e XVII, período no qual os historiadores se acostumaram a determinar o início de mudanças filosóficas que anunciam a modernidade, com o Renascimento e o fim da era medieval.

Entretanto, essas datas e períodos podem convidar a um novo equívoco, qual seja, o de estabelecer uma relação causal direta entre acontecimentos sócio-políticos e a constituição dos conhecimentos filosóficos, científicos e técnicos, ou a criação artística. Relação entre eles, sem dúvida, existe. Mas não é linear nem causal: ideias e criações podem estar em avanço ou em atraso com relação aos acontecimentos sócio-políticos e econômicos, não porque pensadores e artistas sejam criaturas fora do espaço e do tempo, mas porque tudo depende da maneira como enfrentam questões colocadas por sua época, indo além ou ficando aquém delas. (CHAUI, 1987, p.70)

A primeira problemática se configura pela dificuldade de determinar o início da modernidade, ou seja, de saber, com segurança, depois de que data os autores passam a ser modernos e não mais renascentistas ou medievais. Tal arbitrariedade, por mais útil que seja, pode levar a uma antecipada classificação, ofuscando personagens históricos que não se enquadram nesta determinação ou que, mesmo se enquadrando numa classificação teórica, não acompanham, “estando além ou aquém”, a ideia de seu tempo. (CHAUI, 1987)

Em termos geográficos, o início do processo de transformação de uma Europa medieval para uma Europa moderna se deu pelo movimento das potências (inicialmente Portugal e Espanha) na exploração do além-mar, em busca de novas rotas comerciais (século XV à XVII). Além disso, a constituição do Estado nacional moderno como forma de organização de um contingente populacional heterogêneo, se deveu a necessidade dos governantes de se orientarem para a prática da guerra, que, somente com uma harmônica comunicação com a população civil (que implicou numa concessão de vários tipos de benefício: comerciais e de sanção de impostos por exemplo) é que se pode usar de recursos e de pessoas desta própria população. Em outras palavras, “Os Estados se desenvolveram como consequência não planejada dos esforços que os dirigentes envidaram para extrair os recursos e homens necessários para a prática da guerra” (MONSMA, 1996, p.26). O bom relacionamento e o senso de benefício mútuo entre a população e os dirigentes dos Estados nacionais modernos ainda em formação, acompanharam o desenvolvimento da Europa durante os séculos que antecederam a Revolução Francesa e a Revolução Industrial inglesa. Sem o consentimento da população, os estados direcionados à guerra não poderiam se constituir da maneira que o fizeram. Somente desta forma, com a expansão comercial ao além-mar e com a conquista de territórios a partir da prática da guerra, foi que a Europa precisou reestruturar seus meios de produção e, por consequência disso, seu cenário político e ideológico.

Um outro problema se dá pela indagação sobre quais as características que tornam possíveis a integração de diversos pensadores dentro de uma “filosofia moderna”, imediatamente admitindo que existe um consenso sobre suas perspectivas, metodologias e definições conceituais. Talvez as diferenças entre os pensadores modernos sejam maiores do que suas semelhanças, mas as semelhanças são mais significativas na medida em que se entende seu conteúdo disruptivo e revolucionário para com o tempo histórico em questão. Cabe, portanto, entender as semelhanças constitutivas de um novo mosaico do pensamento ocidental europeu e o impacto destas ideias para a formação de uma nova configuração social e subjetiva, de maneira a incluir as proximidades conceituais e metodológicas de dois autores específicos, escolhidos como representantes deste novo tempo: René Descartes e Francis Bacon.

Afastando-se da frágil verdade concernida pela escolástica de sua época, René Descartes (1596 – 1650) resolve se aventurar pelo caminho metodológico oferecido pela sua própria razão, adornada pela precisão das matemáticas e intencionalmente desacompanhada dos pressupostos desconstituídos de objetividade. Os sentidos, corretamente veiculados pela razão e astutamente desvencilhados das falsas prerrogativas, levam à verdade precisa e objetiva expressa no universo pela linguagem das matemáticas, traduzida pelos geômetras.

Seu método tem a pretensão da verdade sem nenhum “a priori” que turve o bom encaminhamento da “intuição” “pelas belas cadeias da razão”. Desconstruir os paradigmas correntes e sujeitá-los todos a severa crítica da razão, na intenção de construir um método universal, capaz de conter com fidedignidade as verdadeiras manifestações da natureza, é o ponto culminante de sua pretensão. (VERGEZ, 1976)

A verdade objetiva e clara é a única porta para a razão das ciências que encontram um mundo precisamente articulado e passível de compreensão. A isso se encontram obstáculos cuja natureza provém do próprio homem: na limitação da própria natureza dos sentidos que são homologados ao ser e não ao universo e que corrompem “o raio das coisas” (ídolos da tribo); na distorção da objetividade pela singularidade de cada indivíduo e de suas respectivas crenças (ídolos da caverna); na imprecisão da linguagem e das palavras, provenientes do intercurso entre os discursos dos homens (ídolos do foro); e da própria doutrina filosófica que constrói um mosaico teatral que serve de referência fantasiosa para a verdadeira compreensão do mundo. A contribuição de Francis Bacon (1561 – 1626) para este trabalho consiste em identificar sua afirmação quanto a existência de uma verdade que pode, através de um cuidadoso método, se desvencilhar de seus chamados “ídolos” (nunca inteiramente visto suas insuperáveis limitações que podem, no máximo, reduzir em quantidade) para a formação de uma ciência, permitida somente pelo intenso trabalho dissociativo entre a razão e os aspectos subjetivos do homem. (BACON, 1999)

Aparece na cena a imagem de um verdadeiro sujeito “purificado”, cindido quanto a sua natureza e a natureza da verdade, contemplando a ideia do conhecimento neutro. Um sujeito idealizado em seu autocontrole e em sua capacidade de dissociação entre sua subjetividade e a realidade do mundo. Fundamentando um campo teórico que rejeite qualquer imperativo externo, dando razão à sensibilidade e garantindo a lógica na expressão e compreensão dos fenômenos, transformando a multiplicidade das substâncias em uma objetividade reducionista (causas fundamentais que explicam vários acontecimentos) é que se foi fertilizando o solo para o nascimento da ciência e da subjetividade moderna.

Neste momento a configuração filosófica da Europa se encontrava em uma contradição superada pelo vencimento de uma nova visão de mundo que a levou, heterogeneamente, a remodelar suas relações políticas (com a vacilação do tradicional poder da igreja católica), sociais (com o surgimento de uma nova relação de classes), geográficas (com o nascimento dos estados modernos) e econômicos (com o estabelecimento de novas rotas comerciais e com a busca de novos mercados).

Uma vez atingido certo patamar de desenvolvimento desses meios de produção e circulação, as condições em que a sociedade feudal produzia e comerciava, a organização feudal da agricultura e da manufatura — em suma, as relações feudais de propriedade —,

deixaram de ser compatíveis com as forças de produção desenvolvidas. Elas inibiam a produção, em vez de estimulá-la. Transformaram-se em grilhões. Era necessário explodi-los, e assim foi feito. (MARX, 2016, p.49)

Sob a condição de uma transformação subjetiva nos homens, verificada na construção do sujeito purificado pela razão e pelo sujeito do conhecimento neutro, encaminhados pelos trilhos do método e pelo questionamento de antigos dogmas, a sociedade europeia, debaixo da luz das ciências, passou a remodelar suas estruturas produtivas e a aumentar o alcance do seu comércio. Acompanhada de um novo imperativo moral elaborado pela mais alta casta filosófica (Iluminismo), introduziu a si mesma e as demais terras do “além-mar” na nova lógica socioeconômica do capitalismo, consagrada pela Revolução Industrial Inglesa (1760) e pela Revolução Francesa (1789). Os ideais passaram a ser aqueles de liberdade, igualdade e fraternidade, e o povo, sob o direcionamento de uma elite burguesa emergente, foi convocado a luta, para mais tarde realizar que as novas conquistas eram restritas à própria burguesia, e a liberdade, dizia respeito apenas a liberdade econômica, que era, ela mesma, restrita a uma parcela ainda mais ínfima da própria burguesia.

O acentuado desenvolvimento dos meios de produção, na necessidade de uma nova configuração social e política, sob o efeito de uma nova dinâmica moral e filosófica, elevou a potência revolucionária da Europa até seu estopim. Foi assim que o “homem moderno” teve que se haver com sua própria construção, para mais tarde constatar um profundo descompasso entre ele mesmo e o desenvolvimento da civilização. Feito à imagem do homem, o mundo moderno se ergueu correspondendo à suas prerrogativas filosóficas, mas estas, desconheciam os severos encaminhamentos de suas reminiscências primitivas. O preço da renúncia da satisfação dos desejos sexuais e agressivos foi pago pelo desencontro entre as pulsões do homem e sua nova moral civilizatória. “O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança”. (FREUD, 2018, p.82). Os benefícios da vida coletiva se mostraram superiores para seus integrantes em determinado período da história. Como se verá neste trabalho, hoje, rememorando o agudo século XX, percebe-se que não há ninguém mais desprotegido do que os próprios participantes dos destrutivos encaminhamentos da civilização.

Desviando da evidente densidade e da irreduzível complexidade do período da Revolução Francesa (da queda da Bastilha em 1789 até a derrota definitiva de Napoleão na batalha de Waterloo em 1815), suas reações foram sentidas não apenas em toda a Europa, mas em todo o mundo, servindo de exemplo para a formação constitucional das nacionalidades que adentravam nessa nova era. De fato, a explosão que se deu na França em 1789, se deveu em grande parte por ser ela a nacionalidade que pior combinava as duas grandes forças contraditórias deste momento histórico. Ao mesmo tempo em que era uma

das aristocracias monárquicas mais poderosas, tinha também um acentuado desenvolvimento social e filosófico, que tornava a tensão cada vez mais forte naquele território. Enquanto todo o solo político já vinha se amadurecendo há algum tempo, a crise econômica só contribuiu para tornar a tensão ainda mais emergente. Foi só uma questão de tempo até uma parte da nova burguesia, que tinha sua verdadeira luta sendo traçada no parlamento, se incomodar com o levante popular e então começar a fragmentar a revolução. A luta aos poucos foi se transformando daquela entre o antigo regime político contra o novo liberalismo constitucional para a luta pelo direito popular contra a do novo regime burguês recém estabelecido. Deve-se lembrar que o período da Revolução Francesa foi a consagração de um movimento que vinha de antecedentes longínquos (a própria filosofia moderna e as reformulações dos meios de produção pela Revolução Industrial Inglesa) que distribuiu suas consequências extensamente pelo tempo e pelo espaço, ao ponto que, hoje, possuímos um vocabulário naturalizado (e por vezes banalizado) repleto de definições oriundas deste tempo, palavras como “indústria, industrial, fábrica, classe média, classe trabalhadora, capitalismo e socialismo”. (HOBSBAWM, 2015). Temos também a famigerada e mal compreendida dicotomia entre as categorias “direita” e “esquerda”, sendo elas, respectivamente, originárias das juntas parlamentares dos girondinos e dos jacobinos. Numa palavra, a economia do século XIX se estendeu sob a influência da Revolução Industrial Inglesa, enquanto sua política e ideologia foram obras da Revolução Francesa.

Sob o signo do Iluminismo, todos os movimentos revolucionários que tomaram cena na Europa (e mais tarde na África e nas Américas) seguiram aqueles imperativos de liberdade, igualdade e fraternidade, criando assim um descompasso, evidenciado pela contradição entre o domínio comercial do além-mar e o movimento de independência das colônias das grandes potências. Tem-se como exemplo a Revolução de São Domingos (1791). Liderada por Toussaint L’Ouverture, a resistência estabelecida no Haiti oscilava de acordo com a vacilação do poder parlamentar na França. Em julho de 1782,

Seis mil homens, quatro mil guardas nacionais e dois mil soldados de linha partiram da França em quinze navios para acabar com todas aquelas brigas entre os proprietários de escravos de São Domingos e para suprimir a revolta dos negros. (JAMES, 2019, p.120)

O espírito revolucionário definitivamente se desalinhava com os interesses econômicos quando a questão era relativa às colônias, fato este que será importante para compreender as acentuadas contradições do capitalismo contemporâneo na periferia do mundo. Para a maioria dos países da Europa, era necessário ressignificar os valores ideológicos no sentido de abrir caminho para o trem do capitalismo liberal, mas não ao ponto de levarem a revolução até suas últimas consequências. “Os comissários carregaram consigo

a bordo a revolução. Eles iam ao seu encontro. Mas, o que era infinitamente mais importante para os escravos, deixaram-na no navio.” (JAMES, 2019, p.120)

Em suma, a Revolução Francesa abriu as portas para a plena efetivação das consequências tecnológicas da Revolução Industrial, que encaminharam as nacionalidades europeias para uma nova forma de política internacional competitiva e à libertação de muitas das colônias do além-mar (dentre elas o Brasil em 1822), mas ainda sob uma subserviência econômica que duraria até os dias de hoje. O estado de guerra em que se encontrava a Europa no período da revolução produziu as grandes potências que dominaram o novo comércio mundial durante o século XIX e que mais tarde se encontrariam num conflito de escalas nunca antes vistas no início do século XX.

Do ponto de vista do cenário sociopolítico, pode-se dizer que os encaminhamentos da civilização levaram para o mundo o modo de funcionamento moderno. O homem racional conferia o sentido da natureza pelas ciências e a verdade política pelo liberalismo. Foi durante o século XIX que os reacionários monarquistas foram deixados definitivamente para trás para que o conflito entre classe burguesa e o proletário tomasse a cena. Subjetivamente, as individualidades já estavam se amadurecendo para encararem as consequências do processo histórico das revoluções do século XVIII e XIX, com a Europa e o além-mar envolvidas pela lógica expansionista do capitalismo.

O mapa da Europa foi redelineado sem se levarem em conta as aspirações dos povos ou dos direitos dos inúmeros príncipes destituídos pelos franceses, mas com considerável atenção para o equilíbrio das cinco grandes potências que emergiam das guerras: a Rússia, a Grã-Bretanha, a Áustria, a França e a Prússia. (HOBBSAWM, 2015, p.168)

O mundo industrial se desenhou de maneira a cercear os indivíduos pelos conflitos políticos, sociais e subjetivos. A condição para tanto se deu: pela competitividade das principais nacionalidades que viam suas vizinhas como limites ao seu próprio expansionismo; com a nova força de trabalho, já que “o trabalhador torna-se mero acessório da máquina, do qual se exige apenas o mais simples e monótono movimento da mão, de aprendizado fácil” (MARX, 2016, p.51), e com salários cada vez mais curtos; e também com o difícil equilíbrio entre a idealização moral e a ignorada força pulsional, ensinado que, “o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, em seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade”. (FREUD, 2018, p.76)

A virada mais relevante, que aproximará a brasilidade como ponto final da discussão, é evocada pela constatação dos novos polos de autoridade da modernidade que, a esta altura, já começava a entrar em decadência. As formas tradicionais de autoridade apresentadas por Freud em sua obra são modernas: a figura paterna e materna, a família, o trabalho, o dever,

a nação, a religiosidade, a bondade, a amizade, a austeridade etc. Esta legião de imperativos se desenvolve sistematicamente pelas instituições que compõem o coletivo, que possui uma relação interdependente com suas partes. A defesa da liberdade como uma das máximas iluministas pode encontrar nas instituições modernas o seu maior impasse e a as individualidades puderam com elas encontrar sua nova fonte de amparo que, se por um lado passou a proteger suas angústias quanto aos deveres da vida, novamente as privou daquilo em que se sustentava o projeto da civilização: o livre pensar, a negação de pressupostos tacanhos, a ausência de privilégios sobre uma determinada classe e a ciência como método de busca da verdade antidogmática. Foram suas próprias ideias que, de maneira rígida, anulando o movimento do conhecimento, passaram a servir não ao ideal uma vez proposto, mas a estar sob o julgo do capital, que pela forma do regime disciplinar, colocou mais uma vez a subjetividade nos conformes da ideologia, que fornece crenças e nortes, mas que carece de transigência e de realidade.

Esse sistema que envolve a elaboração e aplicação de técnicas “científicas” de controle social e individual será chamado de Regime Disciplinar ou, mais simplesmente, “Disciplinas” e pode ser encontrado muito facilmente nas práticas de todas as grandes agências sociais, como as escolas, as fábricas, as prisões, os hospitais, os órgãos administrativos do Estado, os meios de comunicação de massa etc. (FIGUEIREDO, 2018, p.48)

As individualidades ganharam um novo lugar no mundo, só que desta vez, a autoridade responsável por nomear o sentido dos deveres e por restringir o gozo de determinados prazeres provinha de múltiplas instituições que carregavam com elas, todas, o brasão da ciência. Permanecia com elas a aura da razão e da liberdade, mas, efetivamente, nunca as subjetividades foram mais sujeitadas à padronização, ao cálculo, à classificação, à segmentação e à determinação prognóstica do que durante as extensões do século XIX, e como se verá, para além do século XX.

Um novo jogo começou a se desenrolar num cenário que ainda mantinha o desamparo como participante. Vale reforçar que se entende aqui o desamparo como uma característica da subjetivação ocidental, europeia e moderna, mas, mesmo feita esta ressalva, cabe dizer também que foram as instituições modernas em questão que, ao longo dos séculos XIX e XX, exportaram para todo o globo, através da prática colonial (e mais tarde pelas amarras do mercado globalizado), sua própria maneira de ser. O dever de todo ser civilizado estava para além do próprio esclarecimento: era necessário levar as letras, a cultura, a técnica, a ciência, em suma, a civilização, para fora da Europa. Os valores burgueses, através do liberalismo econômico e filosófico, alcançaram fronteiras que já se encontravam domesticadas pela lógica comercial internacional. A resistência foi nula, mais ainda: era sonho de toda colônia se tornar independente para que então pudessem se erguer e passar a competir de igual para igual com as potências que surgiam nessa nova conjuntura global. O que se viu foi uma nova

espécie de subserviência que, por mais que se esquivasse da maneira arcaica de controle e poder (a chibata e a posse sobre o corpo) ainda mantinha um domínio que pode ditar o ritmo do desenvolvimento institucional e econômico desses países periféricos, que mais tarde passaram a ser entendidos como subdesenvolvidos. O que está posto em questão é justamente a incompatibilidade entre a lógica liberal e sua realização naqueles países do além-mar, mais especificamente, na América Latina, ou melhor, no Brasil.

Neste trabalho, a idealização do sujeito moderno encontra seu impasse subjetivo a partir da obra de Freud, em especial “O Mal-Estar na Civilização”, de 1930. A esta altura, o mundo se encontrava no entre guerras. As grandes potências que emergiram do século XIX envolveram toda a Europa e a periferia do planeta em um conflito de escalas nunca antes visto, e se preparavam para um ainda maior. Havia algo de errado com o projeto moderno que tinha deixado de ser simplesmente teórico. O sintoma da civilização estava escancarado, se não pela clínica, então pela guerra. O conflito em que se encontrou a Europa na segunda década do século XX, mudou de maneira radical a perspectiva freudiana, “na medida em que conduzirá Freud inevitavelmente à crítica amarga da ideologia do progresso no processo civilizatório” (BIRMAN, 2019, p.43). As reminiscências primitivas do homem, em busca de constante realização pulsional, estavam envolvidas por um invólucro moral, e eram impassíveis quanto a manifestação das suas exigências sexuais. Freud passa a se distanciar do discurso científico, junto com uma profunda decepção dos encaminhamentos da modernidade. Assim como para o prosaico Settembrini, o italiano fascinado pelas letras, pela forma e pela linguagem, homem de espírito moderno, preso no sanatório de Berghof em Davos Platz nos Alpes suíços, seria impensável para o sujeito da razão admitir seu pedaço animal, que resiste visceralmente a mais bela construção humana: a civilização. (MANN, 1980). No romance “A Montanha Mágica” de Thomas Mann, também escrito no entre guerras, o autor personifica em seus personagens tendências ideológicas que se dilaceram num conflito retórico entre um moderno ainda crente na civilização (Settembrini) e um comunista que já identifica a decadência moral de sua época (Naphta). O romance acaba com a chegada da Primeira Grande Guerra que, quando anunciada, faz com que Settembrini balbucie todo seu discurso que antes era pitoresco e imaculado.

O nome do saldo da relação entre a moral moderna e a irrefreável vida pulsional dos indivíduos pode ser agora tratada sem as aspas e é bem conhecido pelo que Freud chamou de mal-estar. Insuportável à realização consciente devido à incompatibilidade entre o mundo primitivo e o racional, o mal-estar manifesta-se sintomaticamente, e é atribuído a ele motivos que desconhecem a cisão, a clivagem e a insustentabilidade do programa moderno para o equilíbrio psíquico humano. Desconhece-se o paradigma em que se contemple saudavelmente a contradição em questão. A obra de Freud de 1930 termina sem uma

resolução aparente. Mas, o que se sabe, numa palavra, é que são necessários sacrifícios instintuais para que se viva em comunidade, que não arbitrariamente, traz benefícios para as individualidades. Na formação da civilização se tem como signo o sentimento de culpa. Reside nele a função da repressão externa, que atua como medo da perda do amor da autoridade, que mais tarde será internalizada no papel do Super-eu. Freud contribui com sua prática clínica e com suas articulações filosóficas para trazer a luz a segunda face do homem, que se é capaz de erguer toda uma civilização sempre em progresso científico, também é capaz de destruí-la sem pestanejar. Ele traz à tona a condição de mal-estar do sujeito moderno que, pela via do desamparo, encontra nas instituições modernas seu novo imperativo, e por ele está disposto a tudo, inclusive a guerra.

O século XX se inicia, portanto, com uma mão dada à calamidade do futuro e com a outra dada à inércia da “Belle Époque”. O sujeito se encontrava cercado pela verdade “científica” e pela moral burguesa, conferindo-lhe um mal-estar inconciliável com sua dinâmica pulsional primitiva, ou então, romântica, que, emaranhada à sua angustia devido ao desencontro entre ele mesmo e o seu dever, ou melhor, ao medo do desamparo, levava-o a agarrar fielmente às ideologias que tão rapidamente se transformavam naquele momento: o imaculado liberalismo encontra sua primeira crise no entre guerras, dando margem para o avanço do fascismo italiano e o nazi-fascismo alemão, nações estas que foram moralmente e estruturalmente destruídas com a perda da primeira grande guerra. Este período contou a história do fracasso da modernidade; explicitou, por todos os lados, suas falhas e seus conflitos, colocou em xeque toda a civilização:

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional, burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política, da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo que seus soldados haviam conquistado e subjugado. (HOBSBAWM, 2019, p.16)

A apoteose do homem moderno encara de vez a face de sua primitividade. Ele reconhece, por fim, que sua razão o levou não à liberdade, à igualdade e à fraternidade, mas à guerra, à subjugação de uma classe pela outra e ao aprisionamento cego ao discurso da ciência que, era ela, por sua vez, aprisionada ao interesse da acumulação pela acumulação do capital. A crise da modernidade é a crise do cientificismo, do liberalismo, da razão, ou seja, é necessário algo de novo que possa acomodar o desconforto subjetivo de uma civilização que se encontra em decadência.

Foi neste período que se consolidaram novas correntes ideológicas que começaram a cercar o globo numa competição pelo maior número de seguidores, e para aquelas que ainda possuíam alguma aversão ao fascismo, mantinham um norte democrático, que “só se salvou

porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo” (HOBSBAWM, 2019, p.17). Depois de, com muito esforço, os aliados terem derrotado definitivamente o levante fascista em 1945, o mundo passou pelo período da guerra fria, com uma tensão global pela iminência da guerra nuclear e com conflitos armados por todo o planeta: a guerra da Coreia (1950-1953), a guerra do Vietnã (1955-1975) e as lutas entre parte da população civil e das guerrilhas armadas contra as ditaduras latino-americanas sob influência dos EUA. Em 1989 o muro de Berlim é destruído e, com isso, tem-se o fim da URSS que, numa palavra, significa a vitória hegemônica do capitalismo sobre todo o globo. Ele sobreviveu ao desconfortável século XX, não sem muita dificuldade e ficando por um triz em muitos momentos.

O curto período que se deu entre o término da segunda grande guerra e o fim da União Soviética levou o líder das nações capitalistas a exercer para com a Europa um plano de reestruturação econômica por conta dos altos prejuízos causados pelo conflito e também visando conter a ameaça comunista. Para com seu próprio país, os EUA perceberam que, pelo menos durante o conflito da guerra fria, seria insensato largar a economia mais uma vez na mão do livre mercado, logo, ao invés disso, instaurou uma política econômica que mantinha o estado como ativo principal das relações monetárias, garantindo assim o pleno emprego e o controle da inflação, resgatando desta forma o “Estado do bem-estar social” com o Keynesianismo. Para garantir a contenção da ameaça vermelha, foi deixado para a América Latina não um plano de reestruturação econômica e nem um Estado do bem-estar social, mas ditaduras militares, contendo assim o avanço do pensamento dissidente. Quando sua vitória já era certa, no final da década de 70 e início da década de 80, foi que as potências mundiais sentiram que o mundo estava preparado para lançar mão do novo projeto político econômico que viria para redimir e superar o liberalismo clássico.

Foi de fato durante o dueto de Margaret Thatcher e Ronald Reagan que se teve a ampla implementação do neoliberalismo como corrente do pensamento econômico hegemônico, mas engana-se quando se pensa que sua origem se deu neste período e também quando se limita a entender que se trata apenas de uma nova forma de liberalismo, que nasceu para salvar mais uma vez o capitalismo de suas sucessivas crises. Seus primeiros passos são datados lá pela segunda metade do século XIX, quando o utilitarismo ainda era uma forte alternativa aos defensores dogmáticos do livre mercado, quando o Estado ainda tinha um papel central no movimento econômico, quando as leis da propriedade privada eram maleáveis, relativas ao patrimônio público e quando o assistencialismo ainda exercia muita influência sobre o pensamento da população europeia (LAVAL, 2016). Não foi à toa que sua plena resolução se deu somente mais de um século depois de seu nascimento e é desconfortável de constatar que assim o foi em um contexto de crise do capitalismo liberal.

Deve-se entender o neoliberalismo como uma corrente ideológica, como um modo de vida, como uma forma de subjetivação, que condena mais uma vez as subjetividades que com ele caminham à uma nova forma de supressão do desamparo, mas que agora, se generaliza para uma ampla gama de países desenvolvidos e subdesenvolvidos e que, no Brasil, ganhará uma forma exclusiva, com horizontes temerários.

É em função de uma “lei de evolução” que Spencer se ergue contra toda intervenção do Estado, mesmo quando feita por responsáveis do Estado que proclamam seu liberalismo. Ele vê as disposições legislativas e as instituições públicas que estendem as proteções da lei aos mais fracos apenas como “ingerências” e “restrições” que atravancam a vida dos cidadãos. (LAVAL, 2016, p.46)

Herbert Spencer (1820-1903) desenvolve a epistemologia do que hoje se convém chamar neoliberalismo com as mesmas bases usadas na teoria da evolução de Darwin. Se a eugenia é o fim da corrida do darwinismo social, a competição como signo da civilização é o fim do darwinismo econômico. Longe de colocar em xeque a biologia de Darwin, mas sua aplicação para as categorias que ultrapassam a biologia elementar, ou seja, seu uso como ferramenta de compreensão das subjetividades, da sociedade e do comportamento das instituições humanas, deporta da razão uma multiplicidade de variáveis que advém das ciências econômicas, psicológicas, filosóficas e antropológicas, reduzindo a compreensão de um determinado departamento à “lei da evolução”. Neste caso, tem-se uma competição entre as individualidades em direção a um objetivo em comum que carece de espaço para contemplar todos os seus perseguidores, de modo que serão passados para trás aqueles menos aptos e com menos recursos, que então ficarão à deriva, aguardando o momento de sua extinção. Desta forma, gradualmente, o coletivo cultivará somente os melhores exemplares de seres que construirão uma sociedade cada vez mais evoluída, que não tolerará retardatários. A questão se põe de maneira a deixar claro o destino da ralé: vivendo com suprimentos que, a cada dia que passa, se aproximam mais e mais do que se entende por “restos”, a morte é certa, e seus túmulos não devem custar nada para o caixa do Estado. Em suma, “Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva” (LAVAL, 2016, p.53).

Hoje, o discurso vigente, que consegue de maneira inocente alargar cada vez mais os limites da moral é aquele referente a responsabilidade que carrega cada individualidade, assumindo num devaneio quase esquizofrênico que todas elas partem de um mesmo ponto de largada, de cuidar de sua própria sobrevivência. No limite máximo do conceito, que se aplica onde ele menos é cabível, ou seja, quando o neoliberalismo é aplicado numa periferia onde as contradições do capitalismo são mais agressivas e evidentes, onde não se produz “mais valor” e onde a riqueza se concentra na mão de uma elite que possui um diálogo bilateral com o Estado, é de fato uma questão de vida ou morte, a saber, de sobrevivência para os

retardatários. Para alargar o escopo, deve-se ser honesto com a potência e com aplicabilidade da lógica neoliberal: seu movimento é disseminado pelas várias camadas sociais. Por se tratar de um modo de subjetivação, escapam de seu governo aqueles que insistem numa árdua e constante luta contra os véus da ideologia, que resistem ao pensamento intuitivo, e são esses os mesmos que, no final, conseguem pouco mais do que um vislumbre da conjuntura contemporânea. Para os outros, resta apenas saber se são perdedores ou vencedores, e estes, são dados como exemplos, como modelos a serem seguidos, como a prova da funcionalidade do sistema, que é abraçada por aquele que, mesmo na ausência quase que completa de instrumentos de ascensão, ainda crê no seu lugar no topo do mundo, pensando que a distância entre a realidade do agora e o sonho do amanhã é só uma questão de trabalho duro.

A cultura também não sai ilesa. A questão se torna meramente produtiva, mesmo antes da plena implementação do neoliberalismo, num pós-guerra onde um estilo de vida deve ser passado de pressa e para muitos para que as massas estejam seguramente fidelizadas sob o signo do capitalismo. O desafio é o de transformar tudo o que se puder em mercadoria, reduzir à lógica comercial objetos, pensamentos, sentimentos, maneiras, instantes, afetos e trejeitos, mas de modo que a impressão seja a de diversidade e de individualidade, logo, os objetos podem ter várias opções de cores, os pensamentos causam uma impressão de discordância, os sentimentos são absolutamente “meus”, as maneiras combinam com seu caráter, os instantes copiados podem ser vividos como únicos, os afetos nem se incomodam de serem clichês e os trejeitos garantem sua singularidade para expectadores ávidos de identidade. “O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais” (ADORNO, 2006, p.100). O terreno já estava fértil para a máquina do descarte competitivo, que para ser eficiente, precisa ser veloz: produzir muito em pouco tempo e gastar sempre menos.

Antes disso, em plena segunda guerra, já existia um modelo capaz de seguir com destreza estas prerrogativas. “Como se tratava de matar no menor tempo o maior número possível, a execução logo se converteu num processo de apuração e aprimoramento das mais variadas técnicas e procedimentos” (ARANTES, 2014, p.123). Mas no caso, se tratava da proeza de eliminar toda uma raça da face da terra. A semelhança entre a maneira nazi de lidar com os campos de concentração e a nova forma de ideologia que está em pauta, leva ao conceito de “zelo pelo trabalho”, de Christophe Dejours. Ao contrário do que se pensa, a engrenagem alemã de extermínio em massa estava muito longe de ser organizada, no sentido burocrático do termo. Se assim o fosse, ela não seria capaz de chegar a uma fração da eficiência que se verificou. Sua logística não seguia nenhuma prescrição, e ela poderia ser

diferente de campo para campo, mas todas se alinhavam ao mesmo efeito: a vontade do Führer. Somente através de uma liberdade criativa, veiculada pela autonomia no trabalho é que se pode driblar burocracias restritivas e se engajar numa corrida administrativa pela linha de produção mais eficiente. Libertado o “trabalho efetivo” do “trabalho prescrito”, consagrada a autonomia, sob a demanda do curto prazo, as relações entre companheiros de trabalho, de cima para baixo na hierarquia, tornaram-se meramente instrumentais: “reduz-se assim voluntariamente o campo da consciência à esfera restritiva da atividade” (ARANTES, 2014, p.130). São atenuados assim, se não simplesmente extintos, as dores de se ver a destruição sobre o corpo do outro, justamente a mesma dessensibilização promovida pelo regime neoliberal atual, que também funciona numa desregularização da burocracia do Estado, com uma autonomia cada vez maior por parte do trabalhador, espremido pelo curto prazo e sempre atento (pois sua vida depende disso) à concorrência.

Os afluentes desta fossa ideológica desembocam por todo o mundo. Mas como já foi dito, é na periferia do planeta que suas contradições se tornam mais evidentes. A questão se torna mais urgente quando a materialidade das péssimas condições econômicas e sócias passa a afogar os indivíduos de baixo para cima na ordem das classes. Antes de se chegar ao ponto culminante do capitalismo, deve se entender que, na narrativa europeia da história, a periferia composta pelas ex-colônias, conta para o mundo, através da sua riqueza que foi sempre voltada para a própria acumulação europeia, sobre seu passado subserviente e sobre a intencionalidade deste mesmo passado. Mas, ao mesmo tempo que as condições materiais da América Latina não foram desenvolvidas ao ponto em que se encontrava a Europa, a saber, industrialmente desenvolvida e saltando no final do século XX para uma Terceira Revolução Industrial, a mentalidade moderna, sua própria crise e o levante neoliberal, fizeram intrinsecamente parte da história latina. Uma dualidade passou a acompanhar as discussões em torno do subdesenvolvimento, um equívoco de análise que insistia em acreditar que era só uma questão de tempo até que se concretizasse o projeto de industrialização nacional. A particularidade do subdesenvolvimento latino-americano, tratado aqui simplesmente como a forma brasileira de “atraso” econômico, radicaliza o mal funcionamento da proposta ideológica globalizada: a acentuada pobreza e a crescente desigualdade na distribuição de renda diz respeito a radicalização de um livre mercado aplicado à uma economia fundamentalmente agrária e que em seus 500 anos de história assinalada, não conheceu nada semelhante a um “Estado do bem-estar social”.

Assim, boa parte da intelectualidade latino-americana, nas últimas décadas, dilacerou-se nas pontas do dilema: enquanto denunciavam as miseráveis condições de vida de grande parte da população latino-americana, seus esquemas teóricos e analíticos prendiam-nos às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o

estranho mundo da dualidade e a desembocar, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza. (OLIVEIRA, 2019, p. 30)

Com estas palavras, um dos mais importantes sociólogos brasileiros, na contramão da tradição de Celso Furtado, introduz, em um ensaio publicado em 1972 chamado “Crítica à Razão Dualista”, uma reviravolta no pensamento das sociedades periféricas latino-americanas, especialmente no Brasil. Sua argumentação revela a condição intencional dos países subdesenvolvidos para com a lógica da economia mundial contemporânea, sendo o subdesenvolvimento industrial não um acidente de percurso, mas a regra fundamental do jogo. Mais tarde, em 2003, Chico de Oliveira publica um outro ensaio chamado “O Ornitorrinco”, elaborando a ideia “em que o país se define pelo que não é; ou seja, pela condição subdesenvolvida, que já não se aplica, e pelo modelo de acumulação, que já não alcança”. (SCHWARZ, 2012, p.15)

Do lado da população, a intuição imediata de constatar um conflito evidente e declarado, uma contradição de classes, uma luta organizada, se esfacela pelos contingentes subjetivos de uma sociedade incerta sobre sua constituição e sobre sua identidade. Em sua crítica ao livro “Estorvo” escrito por Chico Buarque, uma história sobre um “playboy” errante pelo Rio de Janeiro, Roberto Schwarz se indaga sobre um novo mapeamento da sociedade brasileira: “Note-se que a tônica do romance não está no antagonismo, mas na fluidez e na dissolução das fronteiras entre as categorias sociais - estaríamos nos tornando uma sociedade sem classes, sob o signo da delinquência?” (SCHWARZ, 2014, p.23)

A síntese é irresistível: qual o destino da subjetividade de um país periférico, amarrado num interdito entre o subdesenvolvimento e um modelo de acumulação arcaico, que herda de maneira inercial a lógica radicalizada do livre mercado, que sujeita seus componentes à luta desenfreada pelo trabalho autônomo em curtíssimo prazo, sob o signo da concorrência, na disposição de sempre individualizar a responsabilidade e, insensibilizado da maneira que está, deixar, sem suspeita de náusea, que o outro apodreça junto com toda sua incompetência?

Deixado de lado o imperativo divino para assumir a verdade empírica, se encontrando submissa às instituições científicas para mais tarde se esfacelar e se distribuir entre vertentes dissidentes, mas se unificando por fim na corrente globalizada, o desamparo aterrisa agora no Brasil, num terreno que não escapa da pobreza e que cultiva a violência, que para alguns ainda possui um futuro promissor entre as grandes democracias europeias, e que para outros, aguarda um final feliz e livre de dilemas numa nova espécie de autoritarismo, que guarda ao Estado a função de liquidar a ralé e ao capital internacional a função ditar a regra do jogo comercial. “Os efeitos mais espetaculares disso são o gigantesco incremento da violência, da

criminalidade e da delinquência. Essas caracterizam hoje o mal-estar da brasilidade.” (BIRMAN, 2017, p. 74)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A submissão da subjetividade ao modelo neoliberal num Brasil que ainda não completou sua segunda Revolução Industrial, mas presente num mundo que está na iminência da quarta, implica, invariavelmente, numa interação meramente instrumental entre as individualidades que, cada vez mais, se distanciam na escala econômica. A crescente desigualdade social, somada a uma pobreza estrutural digna de um país retardado na economia mundial, se vê de frente com um projeto que por muito tempo ficou silencioso na manifestação pública: a legitimação da autonomia e da violência policial. O desemprego hoje se torna uma questão mais aguda do que seria normal num cenário de crise cíclica do capitalismo, por se tratar de uma multidão que não mais poderá ser empregada. Verifica-se a formação de um contingente de “vagabundos” que, se não se entregam para a criminalidade, ainda assim custam muito ao Estado para se manterem vivos, e este, permanece integralmente ocupado num projeto de desregularização dos direitos sócias e de agenciamento de uma elite cada vez mais estreita, trazendo com isso a novidade do desaparecimento da classe média. Mesmo assim, ainda resta no caixa público uma quantia suficiente para financiar os massacres que se veem hoje nas periferias nacionais.

Para aqueles que não se deram conta da calamidade em que se encontra a situação da conjuntura brasileira, podem estar ocupados com a visão afunilada pelo cone do progresso individual, sempre para frente, pois ao lado se encontram seus competidores que ameaçam seu lugar no pódio, e atrás, um abismo que desmorona talvez mais rápido do que consigam correr. Mas há uma fresta que permite a entrada da luz de um Brasil que ainda pode ser grande e organizado, livre de vagabundos, repleto de cidadãos de bem e dirigido por alguém “como nós”.

Muito deixa a desejar este trabalho para poder colocar um ponto final nessa discussão. Os recortes históricos, por mais precisos que sejam, dizem respeito mais ao que foi deixado de lado do que ao que propriamente são. A filosofia moderna compõe uma gama imensa de pensadores que foram deixados de lado e que entre si discordam quase que completamente sobre suas maneiras de enxergar o mundo e o homem. Tanto René Descartes como Francis Bacon poderiam ter sido mais extensamente elaborados, ou terem sido sujeitados à um outro recorte. A Revolução Francesa é unanimemente considerada o período histórico mais denso entre os estudiosos da modernidade, e não foi feito jus a ele aqui, por mais que tenha ganho um espaço maior que as outras sessões. Freud foi usado exclusivamente para que com seu conceito de “desamparo” e “mal-estar” pudesse abrir espaço para alguns pontos nodais da

modernidade, e fazer com que a discussão desembocasse arbitrariamente no Brasil. O momento de crise da modernidade poderia ser explanado por outros vértices, como o romantismo por exemplo. O século XX foi reduzido a poucas páginas e a subjetividade brasileira poderia ter sido desenvolvida por sua origem popular com autores como Sergio Buarque de Holanda. Para abarcar o que foi deixado de lado o problema não seria apenas o número de páginas, mas a competência de manter um raciocínio abrangente e coeso ao mesmo tempo. O que foi apresentado aqui nada mais é do que o máximo de abrangência e coesão que o autor pode oferecer, e que, com isso, alguém possa sanar alguma dúvida referente a algum tema aqui tratado.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo: e Outros Ensaios sobre a Era da Emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BACON, Francis. **Novum Organum**: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do Mal-Estar e da Resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

BIRMAN, Joel. **Mal-Estar na Atualidade: a Psicanálise e as Novas Formas de Subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHAUI, M. **Filosofia Moderna: Primeira filosofia, lições introdutórias**. São Paulo, Editora brasiliense, 1987.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **Psicologia: uma nova introdução**. São Paulo: Educ, 2018.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos: (1930 – 1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Extremos: O breve século XX, 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789 - 1848**. Rio de Janeiro: Paz&terra, 2015.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.

MANN, Thomas. **A Montanha Mágica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Companhia, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHWARTZ, Robert. **Martinha versus Lucrecia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências Brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VERGES, A.; HUISMAN, D.. **História dos Filósofos Ilustrada pelos Textos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

Contatos: guilhermefantoniborges@gmail.com e alex.carvalho@mackenzie.br